

ENCRUZILHADAS N(OS CONFINOS D)A CIÊNCIA E N(O LIMIO D)A ÉTICA

MARIA DO CÉU PATRÃO NEVES

Bolseira 1992-1993

O progresso da ciência e a reflexão da ética cruzam-se hoje indissoluvelmente. Porém, não foi sempre assim e a história do pensamento ocidental, nas suas diferentes concepções de “ciência” e na pluralidade das suas perspectivas sobre a “ética”, testemunha um parentesco efectivo, se bem que não necessariamente tranquilo, entre ambas.

Em meados do século XX, o avassalador desenvolvimento do poder da ciência, no derrubar sucessivo das suas inexoravelmente provisórias fronteiras, e o aprofundamento do sentido do dever da ética, na contínua descoberta de novas modalidades da acção susceptíveis de escrutínio ético, conduziram a uma estreita aproximação entre ambas numa antevista fecunda complementaridade.

Estes percursos fizeram-se na superação de mitos e quimeras, à margem dos quais importa actualmente repensar a ciência, no cumprimento do seu desígnio originário de saber mais, e a ética, na obediência à sua missão primordial de melhor orientar a acção humana. É na encruzilhada do seu mútuo desenvolvimento que recrudescem algumas tradicionais concepções de ciência e de ética, muito principalmente sob a questão actual dos limites, e que se problematizam alguns novos desafios que ameaçam romper um relacionamento harmonioso dificilmente conquistado.

ENTRE A ÂNSIA DE SABER E A INQUIETUDE PELO AGIR:

O MITO DO CONHECIMENTO PROIBIDO

A “ciência”, como expressão de um desejo irreprimível de conhecer, e a “ética”, como expressão da necessidade indelével de ajuizar a acção, estão conjuntamente presentes, como traço universal da humanidade, desde um tempo imemorial, desde a narrativa acerca do primeiro homem e da primeira mulher.

Numa interpretação livre do mito do paraíso, é a árvore da sabedoria que atrai Adão e Eva e é a ingestão do seu fruto proibido

que neles descobre a consciência moral. A “ciência”, aqui prometida na ânsia de saber, e a “ética”, aqui anunciada na inquietude pelo agir, surgem assim imbricadas desde a origem da humanidade. E quando Adão e Eva são expulsos do jardim do Éden, condenados eternamente a assumirem a condição humana, trazem consigo o estigma da procura do conhecimento e do sentido moral da acção, como marcas indeléveis da sua humanidade. A “ciência” e a “ética” exprimem assim duas dimensões constituintes universais do humano.

O mito do paraíso narra também a relação ambígua, algo contraditória e susceptível de conflituosidade entre a “ciência” e a “ética”. Provar o fruto da sabedoria revela o conhecimento do bem e do mal e, por sua vez, esta consciência moral reconhece a transgressão da ordem divina como uma falta. Assim, é a procura do conhecimento que desvenda a consciência moral, uma “ciência” que gera a “ética”; simultaneamente, é a consciência moral que acusa a procura do conhecimento divino como uma iniquidade, numa “ética” que condena a “ciência”.

A passagem do *mythos* ao *logos* confirma a “ciência” e a “ética” como expressões próprias da identidade universal do homem que, no seu processo de realização de si, da sua perfectibilização, as procura desenvolver maximamente como sua finalidade específica, expoente de humanidade. Ao mesmo tempo fixa a relação entre ambas por largos séculos num modelo designado por intelectualista: age melhor quem mais conhece, numa subordinação da “ética” à “ciência”, esta destinada a alcançar os primeiros princípios ou verdades absolutas, aquela vocacionada a escolher os melhores meios ou o sentido da acção.

Já só sob a hegemonia racionalista das “luzes” se romperá a articulação íntima da “ciência” e da “ética”. Então, a distinção entre o domínio do conhecimento, ou da causalidade dos fenómenos, e o da acção, ou do exercício da liberdade, é cortante e o desenvolvi-

mento de cada uma das expressões específicas do humano torna-se autónomo. O absolutismo do hino à razão humana apagou a herança agora dita “mítica” do diálogo entre a “ciência” e a “ética”, com consequências que apenas a segunda metade do século XX enxergará.

Do mito do paraíso sobeja apenas o seu traço mais situado no espaço, que é o jardim do Éden, e no tempo, que é o da génese da humanidade. Por isso, é o vestígio mais anacrónico e descontextualizado da actual concepção de “ciência”, já não como saber universal de fundamentação metafísica mas como conhecimento especializado baseado na experimentação, e de “ética”, já não como deliberação acerca da bondade ou maldade da acção a partir de um fundamento universal mas como reflexão acerca das diversas modalidades do agir segundo princípios a determinar. Do mito do paraíso ficou-nos a relíquia do “conhecimento proibido” que alguns de entre nós ainda guardam ciosamente como se o mundo contemporâneo não a tivesse tornado obsoleta.

Raros serão hoje os que, no domínio das ciências, se referirão ao “conhecimento proibido”. Porém a noção está bem presente na expressão inglesa hoje comum para comentar as novas e mais arrojadas conquistas biotecnológicas: *playing God*. A imagem mais fiel é agora a do mito de Prometeu que roubou o fogo aos deuses, sendo condenado a ser comido vivo eternamente. A ideia é a de que existem conhecimentos que não pertencem ao homem e que ele não deve ousar procurar, conhecimentos interditos, conhecimentos ditos inerente ou intrinsecamente maus por que o homem se não deve deixar seduzir e corromper.

O exemplo mais flagrante dos nossos dias é o da clonagem humana por transferência nuclear somática. Realizada pela primeira vez com mamíferos, em 1996 – resultando no nascimento da célebre ovelha Dolly –, a sua aplicação ao ser humano tem sido desde então receada e alvo de veementes críticas. As reacções espontâ-

neas perante a hipótese da clonagem de seres humanos foram de profunda repugnância e de absoluta e imediata proibição da sua possibilidade. As afirmações foram de denúncia da usurpação de um poder, de agouro de consequências catastróficas, de exortação à eliminação de linhas de investigação próximas que pudessem beneficiar da prática da clonagem humana, e até de esconjuro do próprio termo, marcado pela infâmia do propósito.

Mas Prometeu, o proscrito dos deuses, é o herói dos homens...

Não é nosso objectivo aqui apreciar eticamente a clonagem humana com finalidade reprodutiva que aliás – sublinhe-se – é consensualmente reprovada em todo o mundo. Importa-nos, sim, reivindicar a exigência científica de analisar todas as vias possíveis do seu desenvolvimento e a legitimidade ética de reflectir sobre as implicações humanas de cada uma, deliberando sobre os percursos a seguir. Isto é, retomando o exemplo dado, também a clonagem de seres humanos necessita de reflexão antes de ser rejeitada e proibida pede justificação. Não pode haver caminhos proibidos que tolham a ciência e descredibilizem a ética, mas apenas estradas não tomadas, que responsabilizem a ciência e validem a ética.

ENTRE O PROGRESSO DAS TECNO-CIÊNCIAS E O DESENVOLVIMENTO

DAS SOCIEDADES: A QUIMERA DA NEUTRALIDADE AXIOLÓGICA DA CIÊNCIA

Depois do afastamento entre a “ciência” e a “ética” nos alvares da contemporaneidade, construída sobre a distinção prévia entre “factos” e “valores” respectivamente, cada uma progrediu em diferentes domínios. A ética foi perdendo a sua ancestral fundamentação universal, procurando manter a objectividade dos seus juízos no desenvolvimento de perspectivas cognitivistas (fundadas na razão) e vindo, entretanto, a assumir-se como intérprete do sentido moral das acções humanas a partir de diferentes expressões da racionalidade prática. Neste contexto, nunca deixou de interpelar a

ciência. Esta, por sua vez, ingenuamente desembaraçada de quaisquer constrangimentos morais extrínsecos, desenvolveu métodos específicos e instrumentos adequados para um conhecimento demonstrado dos seus próprios objectos de investigação, no reforço da percepção, algo paradoxal, de si mesma como valor. A ciência que, qual Narciso sobre as águas, se vê como um valor em si mesmo, como um valor supremo, autolegitima todas as suas práticas e ajuíza o seu progresso como um bem. Inaugura-se assim a quimera da neutralidade axiológica da ciência, de uma ciência que, mais uma vez paradoxalmente, ao protagonizar um valor e bem absolutos, se pretende tornar isenta de todo o escrutínio ético.

A história da humanidade, porém, esfumou esta quimera. Dissipou-a, aliás, duplamente, tanto por força da evolução da ciência como por exigência do desenvolvimento da sociedade.

A explosão da II Guerra Mundial e já também o seu período de rescaldo evidenciaram, para além de qualquer dúvida, que nem sempre o progresso da ciência corresponde a um bem e que o valor do conhecimento não justifica toda e qualquer prática. O extraordinário sucesso da Física e da Biologia, as ciências que mais se desenvolveram no século XX, arrastou consigo dramas humanos ímpares, respectivamente: a deflagração das bombas atómicas em Hiroshima e Nagasaki provocou milhares de mortos e um sofrimento humano incalculável que perdura ainda nos sobreviventes de então e na geração seguinte afectada por várias deformidades e doenças oncológicas; e a experimentação biomédica em massa, praticada pelos médicos nazis e pelas unidades de cientistas do exército japonês, no seu empenho por conhecer mais acerca da fisiologia humana, utilizando seres humanos sem qualquer consideração pelo seu atroz sofrimento e morte. O triunfo da ciência foi, nestes casos entre outros, a derrota do homem.

Simultaneamente, a sociedade, surpreendida por o progresso científico não ser sinónimo de um maior bem, reivindica para si a

deliberação acerca dos fins da ciência; e, perturbada por a ciência não ser um valor absoluto, decreta para si o poder regulador dos procedimentos da ciência. É uma sociedade galvanizada pelos movimentos dos direitos dos indivíduos e da autonomia dos povos e estimulada pela democratização sucessiva das suas estruturas que agora rejeita qualquer reduto autocrático, muito em particular o da ciência. E esta, que se havia emancipado do zelo da sociedade através da sua independência da ética, é reconquistada e recolocada ao serviço da humanidade numa convergência de fins por que se traduz o seu imperativo ético.

É neste contexto científico e social que se evidencia um outro aspecto determinante para que os últimos vestígios da denunciada quimera se desfizessem: o soçobrar da investigação fundamental, do conhecimento teórico puro separado das suas possíveis modalidades de aplicação, vulgarmente exploradas numa fase posterior à aquisição de conhecimentos. Inaugurava-se assim o reinado das tecnociências proclamado não apenas pelo reconhecimento de uma potencial capacidade técnica decorrente do desenvolvimento científico, mas pela afirmação da própria natureza operatória da ciência actual. Hoje, toda a ciência, no seu dinamismo interno, protagoniza uma finalidade estruturante do seu crescimento e realiza uma vocação justificativa da sua orientação, as quais não subsistem como exclusivamente teóricas mas se sustentam na sua dimensão prática. Muitos dos presentes avanços da ciência consistem em inovações tecnológicas. Por seu lado, o cientista que, no termo da II Guerra Mundial, havia já perdido a inocência de pensar que o conhecimento era desinteressado, procura hoje saber mais para poder intervir melhor no domínio a que se dedica.

Todo o saber é já expressão de um fazer; e todo o cientista é agora também um revolucionário porque o saber é também um poder; e nenhum poder é axiologicamente neutro.

Findo o mito de um qualquer conhecimento intrinsecamente mau dissipa-se a quimera de todo o conhecimento neutro. O conhecimento não pode ser avaliado como bom ou mau em si mesmo, porque a qualificação moral é específica do homem; mas o seu valor também não depende exclusivamente da utilização que o homem lhe imprimir, porque a tecnociência se reveste de uma intencionalidade que é eticamente significativa.

PODERES E LIMITES: PERSCRUTANDO A SENDA DO "DEVER" ÉTICO

Foi pois, supostamente, à margem de mitos e quimeras, no derubar sucessivo dos interditos e na intensificação constante da consciência moral, que as tecnociências continuaram a progredir avassaladoramente. Entre estas destaca-se a biomedicina, fortemente apoiada e reciprocamente estruturada pelas biotecnologias, como uma das que tem exercido um maior e mais visível impacto na vida dos homens e das sociedades, pelo que aqui a privilegiamos.

Com o desenvolvimento biotecnológico o homem conquistou um poder inédito sobre o vivente, capaz de penetrar no mistério da vida e de manipular os seus mais recônditos segredos. Hoje o homem detém o poder de intervir, por exemplo, a todos os níveis da vida humana: no dinamismo irreprimível do seu nascimento, na sua geração, através das tecnologias reprodutivas; na estabilidade ancestral da sua natureza, na sua constituição, através dos avanços da genética e nomeadamente da engenharia genética; e na inevitabilidade da sua morte, na sua defunção, através das técnicas de reanimação e suporte vital. Não admitindo mais conhecimentos interditos ou sagrados, desvalorizamos a expressão dramática com que estas novas realidades são frequentemente apresentadas. Iluminámos já os mitos com a razão. Não admitindo mais a ausência de significação ética das (tecno)ciências, desvalorizamos os sentimentos de medo e repugnância que estas novas realidades fre-

quentemente suscitam. Deslindámos já as quimeras com as lições da História.

A interrogação decisiva que subsiste é a da natureza da relação entre a ciência e a ética neste reatar da sua estreita convivência, tendo ambas entretanto evoluído desde o seu período de afastamento. A ciência, em particular a Biologia, ganhou um poder que não toca apenas a superficialidade dos objectos mas penetra na intimidade constitutiva dos viventes. O domínio próprio de reflexão da ética foi sendo alargado das acções interpessoais a toda a acção cujo resultado consubstancialize o modo de ser do homem, o que passa a incluir a actividade científica e a acção técnica.

Neste novo contexto, a ética tem sido frequentemente chamada a prescrever limites ao desenvolvimento técnico-científico, em particular ao biotecnológico. Apela-se à ética para que intervenha na actividade científica impondo o sentido do dever que protagoniza de modo a obstruir e travar mesmo o poder da ciência. Ignora-se assim que o “dever” ético exprime uma obrigação que se dirige apenas à consciência moral e que se traduz numa orientação da acção, para a realização de um bem ou cumprimento de uma norma, despedido de qualquer força coercitiva. Se a ética aceitasse a incumbência de impor limites à ciência, deixaria de actuar como um “dever” e metamorfosear-se-ia num “poder”, semelhante ao da ciência, e, porque a pretenderia dominar, actuaria como um “contra-poder”. Esta aspiração, verbalizada não raramente pela opinião pública e pela comunicação social, contraria os desígnios da ciência e desvirtua a missão da ética, além de não promover o diálogo entre ambas com significativos prejuízos para o homem.

A ciência, exprimindo a “ânsia de saber”, a indomável curiosidade do homem e o seu irreprimível impulso para conhecer, tem sido o motor da transformação da vida dos homens ao longo dos séculos num percurso que indubitavelmente vem promovendo o humano, desenvolvendo as suas potencialidades no seu modo de ser e

de existir. Travar este dinamismo é adulterar a realidade da ciência e reprimir a expressão de um traço essencial do humano com o consequente empobrecimento deste. Enquanto produção humana, o poder da ciência é também o poder do homem contra as adversidades que afligem a humanidade, pelo que não deve ser tolhido sob pena de depauperar o próprio homem.

A ética, exprimindo a “inquietação pelo agir”, a permanente preocupação por agir bem na incontornável formulação de critérios de deliberação, tem sido a garantia da capacidade do homem delinear autonomamente o curso da sua acção depois de, no curso do processo de hominização, ter perdido os instintos ou se ter libertado do determinismo da natureza. Converter a dimensão de liberdade da acção e o seu sentido de responsabilidade, condições de realização pessoal da humanidade universal, numa mera função fiscalizadora seria, mais uma vez, empobrecer o próprio homem. Enquanto perscrutadora do sentido moral da acção humana, a ética exprime uma noção de dever que não se pode assumir como poder, como força exterior, sem se perder como consciência de um dever, como intensidade íntima de um sentido da acção.

Se o poder da ciência fosse atrofiado pela ética e se esta se metamorfoseasse num contra-poder da ciência, o relacionamento entre ambas converter-se-ia, por sua vez, numa disputa. O interesse do homem não está certamente na competição entre ciência e ética, como duas expressões indeléveis da sua humanidade, mas antes na articulação das duas, na sua mútua colaboração e recíproca complementaridade. À ética compete reflectir sobre a natureza da acção científica e técnica, sobre o seu fundamento ou justificação, a sua finalidade e consequências, sobre os meios de execução por que opta e os procedimentos que desenvolve.

Uma ciência que negligenciasse a ética tornar-se-ia bárbara e selvagem; e uma ética que competisse com a ciência tornar-se-ia dominadora e castradora. Neste horizonte de inteligibilidade, o

poder da ciência não deve ser limitado pela ética à qual cumpre o dever de assegurar que esse poder, como outros, se mantenha submisso aos interesses da humanidade e se exerça no respeito incondicional pela dignidade humana.

DESAFIOS E CONQUISTAS: REITERANDO O "PODER" DA CIÊNCIA

O relacionamento fecundo entre a ciência e a ética, que o êxito da bioética testemunha de forma paradigmática, sofre hoje a pressão crescente de diferentes forças que ameaçam perturbar esta sua convivência dinâmica, ao desafiar a ciência para novas realizações de interesse particular e restrito que condicionam a sua forma de actuação.

Um primeiro desafio é lançado pelo poder político. Este beneficia tradicionalmente do progresso científico através das múltiplas formas que se lhe oferecem de aproveitamento e rentabilização dos novos conhecimentos para a gestão da vida pública. Nas últimas décadas, porém, esta relação parece ter-se invertido: o poder político, mais do que aguardar pelos avanços da ciência e recolher contributos para a sua esfera de acção, toma agora a iniciativa de encomendar os benefícios que procura, em domínios científicos tão diversos como a medicina, a agricultura ou as pescas, o ambiente, a meteorologia, etc. Esta relação de ordem contratual pode estimular e apoiar o progresso científico, um pouco à semelhança do impulso que o mecenato sempre trouxe às artes. Não obstante, também pode desvirtuar ou pelo menos afunilar a noção de ciência através da imposição de domínios de investigação, da pré-determinação dos objectivos a alcançar, do estabelecimento de prazos de realização – aspectos que não se compadecem com os sempre imponderáveis do progresso científico. O poder científico pode soçobrar ao político e a ciência degenerar num manancial de bens utilitários na assunção de um estatuto puramente instrumental.

Um segundo desafio é lançado pelo poder dos grupos de interesses que se vão organizando na sociedade em prol da qual a ciência se tem desenvolvido. A sociedade, em geral, mas sobretudo os lóbis têm vindo a tornar-se cada vez mais exigentes em relação à ciência, esperando não só que esta lhe apresente soluções para problemas detectados ou propostas de actuação que melhorem determinadas situações, mas também, e cada vez mais, argumentos para defenderem convicções formadas previamente. Neste caso, espera-se que a ciência obtenha dados que, pela sua natureza positiva, argumentem decisivamente em relação a posições sociais que se pretendem defender. Um caso paradigmático neste contexto seria o da pressão exercida sobre geneticistas para que identifiquem o suposto gene responsável por comportamentos humanos como a homossexualidade ou o tabagismo. A procura deliberada de colaboração da ciência testemunha o seu papel cada vez mais relevante na sociedade. Porém, também pode restringir e mesmo adulterar a noção de ciência através da solicitação de resultados específicos. O poder científico pode caducar perante o dos lóbis e a ciência corromper-se como um guiché prestador de serviços.

Um terceiro desafio é lançado pelo poder económico, o qual subjaz aos anteriormente indicados, sendo igualmente o mais forte. O desenvolvimento da ciência é bastante dispendioso, pelo que os recursos financeiros são indispensáveis para a sua prossecução. O investimento económico na investigação científica é também expressão de confiança dos investidores nas realizações da ciência, atendendo a que o seu legítimo objectivo final é a obtenção de lucro. Mais recentemente, porém, o equilíbrio desta relação parece ter-se alterado na medida em que o lucro, enquanto fim dos investidores, deixou de ser apenas um meio para os investigadores e converteu-se também para eles num fim. Esta é pelo menos a realidade de muitas mega-indústrias no domínio das biotecnologias, bem como dos seus cientistas, desde que a investigação científica

passou a ser cotada na bolsa. O poder científico pode assim ser comprado pelo poder económico e a ciência reduzir-se a um bem comerciável.

A articulação destes três principais desafios intensifica a força de cada um deles, todos eles ameaçando não a identidade da ética como “dever”, considerada na secção anterior, mas a da ciência como “poder”, compreendendo-se que o desvirtuar da natureza de qualquer uma implica um desequilíbrio na indispensável relação entre ambas.

Assim como a “ética” não se pode tornar um “contra-poder” sem que se perca o sentido do “dever” através do qual (re)orienta a ciência, também esta não se pode tornar um “instrumento” sem se perder como “poder” através do qual introduz a mudança no mundo. Actualmente, o mais decisivo dos objectivos a conquistar é o da ciência manter a relação com as várias forças que dominam fortemente a nossa civilização sem perder a sua independência face aos vários interesses que a assaltam, mantendo a sua integridade como “poder” e estreitando a sua relação com o sentido do “dever”, com a ética.

Importa que os percursos da ciência, em direcção aos seus confines, e os da ética, no limiar de toda a actividade humana, se cruzem continuamente, pois é na intersecção entre o poder da ciência e o dever ético que a ciência de facto progride e o homem se dignifica autenticamente.

ENCONTRO DE SABERES

TRÊS GERAÇÕES DE BOLSEIROS DA GULBENKIAN

ANA TOSTÕES :: E. R. DE ARANTES E OLIVEIRA :: J. M. PINTO PAIXÃO :: PEDRO MAGALHÃES



FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

50
anos

EDIÇÃO DA
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
AVENIDA DE BERNA I LISBOA

RESERVADOS TODOS OS DIREITOS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR
© 2006, FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

TEXTOS

LUÍS SOCZKA | CARLOS ALMAÇA | SARA IBÉRICO NOGUEIRA | ELSA LECHNER | TERESA JOAQUIM | DANIEL
TÉRCIO | MANUEL DA COSTA LOBO | CARLOS FORTUNA | TERESA V. HEITOR | JOÃO LIMA PINHARANDA | LUIS
OOSTERBEEK | ANA FIRMINO | ARTUR ROSA PIRES | PEDRO CARNEIRO | NUNO PORTAS | ANA SIMÕES | ANTÓ-
NIO FERNANDO CASCAIS | MANUEL MIRA GODINHO | LUÍS NUNES VICENTE | JOÃO GOULÃO CRESPO |
MARIA DE SOUSA | JOÃO LAVINHA | BERNARDO FUTSCHER PEREIRA | MARIA DO CÉU PINTO | MARIA DO
CÉU COSTA | MARIA JOÃO MARCELO CURTO | PEDRO VEIGA | CARLOS MATIAS RAMOS | JÚLIO MARTINS
MONTALVÃO E SILVA | ANTÓNIO RIBEIRO | GUILHERME GONÇALVES | JOSÉ A. BRAGANÇA DE MIRANDA |
JOÃO PEDRO OLIVEIRA | JOÃO RESINA RODRIGUES | OLGA POMBO | PAULO GALI MACEDO | MARIA DO CÉU
PATRÃO NEVES

COORDENAÇÃO EDITORIAL

ANA TOSTÕES | E.R. DE ARANTES E OLIVEIRA | J. M. PINTO PAIXÃO | PEDRO MAGALHÃES

DESIGN

ATELIER HENRIQUE CAYATTE

COM A COLABORAÇÃO DE RITA MÚRIAS, PEDRO GONÇALVES E SARA AGUIAR

REVISÃO

LUIS MANUEL GASPAR

PRÉ-IMPRESSÃO

CRITÉRIO – PRODUÇÃO GRÁFICA, LDA.

IMPRESSÃO

NORPRINT

TIRAGEM DE 2000 EXEMPLARES

DEPÓSITO LEGAL – 245550/06

ISBN – 972-31-1159-4

AGRADECIMENTOS

ANTÓNIO LOPES, HONÓRIA ELEUTÉRIO, LUCÍLIA ALVOEIRO, LUIS MANUEL GASPAR, MANUEL CARMELO
ROSA, MARIETE SPÍNOLA, PEDRO GONÇALVES

CAPA E SEPARADORES

ALMADA NEGREIROS. PAINEL "COMEÇAR". ÁTRIO DO EDIFÍCIO SEDE DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN.
MAQUETA DE ESTUDO. 75,8 X 14 CM. 11 FEVEREIRO 1969. AFCG [PORMENORES]